

O presente número da *Revista de Sociologia e Política* reúne dez trabalhos, de historiadores, cientistas políticos e sociólogos, que lançam mais uma luz sobre o “Estado Novo”.

Esse intervalo de oito anos em meio ao que se convencionou chamar “A Era Vargas” — época esta que teve seu fim decretado por mais de uma vez nos últimos tempos, mas cujas repercussões ainda não deixamos de sentir —, tornou-se um parêntesis um tanto constrangedor para os herdeiros políticos (testamentários ou não) de Getúlio. Mas, todas as contas bem feitas, o caráter autoritário do Estado Novo, ostensivamente violento, arbitrário, a opressão erigida em sistema, como registrou Graciliano Ramos na suas *Memórias do cárcere*, acabou assimilado como uma etapa mais ou menos necessária, segundo as conveniências ideológicas de amigos e inimigos, da revolução de fato que Getúlio Vargas e sua geração foram capazes de produzir em todas as esferas: no plano político, no plano econômico, no plano cultural e no plano social.

Passados já sessenta anos da edição da Constituição de 1937, buscamos montar aqui um painel tão amplo quanto possível que desse conta ora da ação *política*, ora da ação *ideológica* do regime estadonovista.

Dulce Pandolfi e Mario Grynspan sublinham o processo contínuo de “depuração das elites” que fizeram a Revolução de 1930 mas não necessariamente estiveram presentes no golpe de 1937 e, no curso desse movimento, as ações sucessivas de aproximação e afastamento de velhos e novos aliados. Adriano Nervo Codato, com objetivos diferentes, procura mostrar como isso teria se dado em São Paulo, insistindo especialmente na reforma do aparelho do Estado para acomodar, numa matriz não-pluralista, todos os interesses então presentes. Ricardo Costa de Oliveira, por sua vez, cuida desse mesmo processo no Paraná, um estado (e uma elite) muito pouco estudado até hoje, chegando a conclusões surpreendentes. O Paraná, e mais especificamente Curitiba, é também o tema do ensaio de Otavio Zucon. Ele expõe, em detalhe, os mecanismos de vigilância e controle ativados pelo Estado Novo sobre imigrantes e descendentes de alemães, japoneses e italianos durante a guerra mundial. Adalberto Paranhos trata de um tema obrigatório na literatura sobre o período: o pensamento dos dois mais destacados ideólogos autoritários — Francisco Campos e Azevedo Amaral —, particularmente a relação que estabeleceram entre as massas e o poder. Pedro R. Bodê de Moraes focaliza a ação pública de outro intelectual destacado, assessor do Ministério do Trabalho: Oliveira Vianna. Mônica Velloso estuda a inserção dos intelectuais no aparelho do Estado, vendo-os como participantes de um “projeto político-pedagógico” destinado a “educar” a sociedade segundo a ideologia do regime dirigido por Getúlio Vargas. Anita Simis discute as contradições da política cultural pensada para desenvolver entre nós uma indústria cinematográfica sob patrocínio oficial. Isabel Guillen, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, destaca as conexões entre o projeto de integração da Nação e as decisões de Estado ao estudar a política interna de migração e transferência de mão-de-obra para o Norte do País. Enfim, Jorge Villela, contrariando as explicações tradicionais, questiona o papel “modernizante” do Estado Novo na destruição do banditismo no Nordeste e das relações de mandonismo na região.

Registre-se que a partir deste número, a *Revista de Sociologia e Política* passa a constar das

seguintes bases de dados: International Political Science Abstracts/Documentation Politique Internationale (patrocinada pela IPSA); Political Science Abstracts; e DATAÍNDICE: Banco de Dados Bibliográficos (sustentado pelo Iuperj).

Mais uma vez, é necessário reconhecer aqui a contribuição da Universidade Federal do Paraná que, através de sua Reitoria, de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e de seu Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, foi indispensável para a realização deste número 9. Agradecemos ainda o apoio financeiro do Banco do Estado do Paraná (Banestado) e da Secretaria Municipal de Cultura. Sem o suporte dessas duas instituições, vale lembrar, esta publicação não teria tido continuidade.

*Os Editores*